



PROJETO DE LEI Nº 115/2011

**Autoriza o Poder Executivo contratar financiamento junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, oferecer garantias, abrir Crédito Adicional Especial, e dá outras providências.**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir operações de crédito junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor total de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de Reais) observadas as disposições legais em vigor para contratação de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito da Secretaria do Tesouro Nacional, e as condições específicas do contrato.

**Parágrafo único** - Os recursos resultantes das operações de crédito autorizadas no *caput* serão obrigatoriamente aplicados na execução de serviços e/ou obras complementares do Programa de REGULARIZAÇÃO DA VILA PALMEIRA – PROGRAMA CPAC.

**Art. 2º** Para garantia do principal, encargos e acessórios desta operação de crédito, fica o Poder executivo autorizado a ceder e/ou vincular, em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, modo *pro solvendo*, receitas oriundas de parcelas do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM.

**§ 1º** O disposto no *caput* deste artigo obedece aos ditames contidos nos incisos I e II do art. 159 da Constituição Federal, e, na hipótese de extinção dos impostos ali mencionados, os fundos ou impostos que venham a substituí-los, bem como, na sua insuficiência, serão conferidos à Instituição Financeira Oficial contratada poderes bastantes para que as garantias possam ser prontamente exequíveis, exclusivamente no caso de inadimplemento pelo Município.

**§ 2º** Para a efetivação da cessão e/ou da vinculação em garantia dos recursos previstos no *caput* deste artigo, fica autorizada a transferência dos recursos cedidos e/ou vinculadas à conta e ordem da Instituição Financeira Oficial contratada, nos montantes necessários à amortização da dívida, nos prazos contratualmente estipulados em caso de cessão, ou não pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

**§ 3º** Os poderes previstos neste artigo e nos §§ 1º e 2º acima só poderão ser exercidos pela Instituição Financeira Oficial contratada na hipótese do Município não ter efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos, financiamentos



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



ou operações de crédito celebrados com referida Instituição Financeira Oficial.

**Art. 3º** Os recursos provenientes dessas operações de crédito serão consignados como receita no orçamento anual.

**§ 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de decretos executivos, durante a execução do Programa previsto no parágrafo único do artigo 1º, ações que contemplem os objetivos ali elencados.

**§ 2º** Fica o Poder executivo autorizado a abrir, ainda, através de decretos executivos, Créditos Adicionais Especiais na Lei Orçamentária Anual, para as despesas previstas na presente Lei.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a consignar nos orçamentos anuais e plurianuais do Município, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraídos, segundo o Programa previsto no parágrafo único do artigo 1º, dotações suficientes à amortização do principal, acessórios e encargos resultantes, inclusive os recursos necessários ao atendimento da contrapartida do Município nos projetos financiados.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_)  
dias do mês de \_\_\_\_ do ano de 2011.

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



Impacto Orçamentário Financeiro			
Vigência	Valore Amortização+Juros	Valor Estimado Receita Consolidada	Impacto Orçamentário
2012	1.225.000,00	653.124.547,40	0,18756%
2013	1.327.000,00	703.671.646,95	0,18858%
2014	1.443.000,00	735.779.531,28	0,19612%